



Da globalização dos territórios aos territórios da globalização

Liliana Angel Vargas¹

Resumo: O presente artigo envolve temáticas básicas dentro do processo de formação para a cidadania e para a educação ambiental, no sentido amplo de velar pela sustentabilidade socioambiental, em territórios definidos por um processo de globalização contraditório e desigual, que longe de diminuir injustiças e assimetrias historicamente estabelecidas em diversos contextos, as aprofunda. Assim, ao refletir sobre as formas como essas relações se estabelecem, fica mais possível identificar formas de resistência, a partir do agir coletivo, tendo como base o compromisso ético de defender a vida, em todas suas formas, e a dignidade humana nos diversos contextos territoriais. Assim, aprender a pensar a globalização é também identificar como podemos, a partir da educação, encontrar caminhos para a construção de um novo pacto transgeracional comprometido com a vida e a sustentabilidade.

Palavras-chave: globalização, território, saúde

De la globalización de los territorios a los territorios de la globalización

Resumen: El presente artículo presenta temas básicos de formación para la ciudadanía y para la educación ambiental, en su sentido amplio de velar por la sostenibilidad socioambiental, en territorios definidos por un proceso de globalización contradictorio y desigual, que lejos de disminuir injusticias y asimetrías históricamente establecidas en diversos contextos, las profundiza. Así, al reflexionar sobre como esas relaciones se establecen es más fácil identificar formas de resistencia a partir de la acción colectiva, con base en el compromiso ético de defender la vida en todas sus formas, y la dignidad humana en diversos contextos territoriales. De esa forma, aprender a pensar la globalización es también identificar como podemos, a partir de la educación, encontrar caminos para la construcción de un nuevo pacto transgeneracional comprometido con la vida y la sostenibilidad.

Palabras clave: globalización, territorio, salud

¹ Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ; Coordenadora de Relações Internacionais da UNIRIO; Líder do Grupo de Pesquisa Saberes da Enfermagem e da Saúde Coletiva. E-mail: lilianangelvargas@gmail.com

From the globalization of territories to the territories of globalization

Abstract: This article involves basic themes within the citizenship and environmental education formation processes, in the broad perspective of guarding the socioenvironmental sustainability, in territories defined by a conflicting and unequal globalization process, which far from reducing injustice and historically established asymmetries in several contexts, actually deepens them. Thus, by reflecting upon the ways these relations are established, it is more possible to identify forms of resistance stemming from collective action, based on the ethical commitment of defending life in all its forms and human dignity in its various territorial contexts. Hence, learning to think about globalization is also identifying how we can, through education, find ways for the construction of a new transgenerational pact committed to life and sustainability.

Keywords: globalization; territory; health

INTRODUÇÃO

O interesse em escrever este artigo obedece ao entendimento de que o fenômeno da globalização e seus impactos, devem se constituir hoje, em objeto de reflexão e estudo que não pode ser negligenciado por nenhuma área de conhecimento, numa tentativa de atentar sobre sua dinâmica e sobre seus efeitos, muitas vezes deletérios, em razão da racionalidade e das contradições que marcam esse processo.

Portanto, apoiada num embasamento bibliográfico e da experiência acumulada durante minha trajetória acadêmica, começo chamando a atenção sobre aspectos marcantes de sua trajetória, e sobre os rumos que a globalização vem tomando em escala global e local, particularmente na definição de territórios, que longe de serem espaços de construção de vida, saúde e paz, são representações difusas e nebulosas de relações de poder verticalizadas e seletivas, onde não há lugar, para a existência digna e nem para nada daquilo que não possa ser comprado na tenda do mercado global.

Assim, de forma dialética, os territórios da globalização são também os cenários da marginalização, da exclusão, da periferização dos valores e direitos socialmente construídos e conquistados, porque é com base nessa vulnerabilidade individual e coletiva, que a globalização se instala e ganha força para se perpetuar, num jogo perverso e desprovido de ética e limites.

Nesse contexto, a configuração de territórios e particularmente de territorialidades, são processos fundamentais no jogo da focalização de estratégias para defender interesses que garantam a permanência do poder nas mãos de uma minoria empenhada em (re)criar as condições necessárias para a expansão e concentração do capital. Essa elite, transita por

diversos modelos econômicos, mas, consegue manter sua hegemonia política e econômica, muitas vezes, às custas, da dor e exaustão de grandes parcelas da população.

Portanto, entendermos a forma como se configura a globalização dos territórios e quais são as características dos territórios da globalização, é uma estratégia para visualizar, não somente seus efeitos colaterais, particularmente em contextos de economia periférica do mundo globalizado, como também identificarmos nichos de resistência e de defesa do direito legítimo à vida e à dignidade humana, numa geopolítica comprometida com os sonhos e a liberdade desta, e das futuras gerações.

Um desafio tão complexo exige a convergência de sinergias que consigam confrontar a hegemonia que impera, particularmente no sistema educativo, donde com base num conceito de ciência diretamente comprometido com a manutenção do “status quo” se insiste na reprodução de um conhecimento acrítico, descontextualizado e fragmentado.

Assim, a construção de novas bases para a sociedade hoje, passa pela necessidade de tornar a educação uma estratégia de mudança no cerne da sociedade e para tanto baseada nos princípios éticos da sustentabilidade, da democracia, da garantia dos direitos constitucionais e de vida digna em todas suas formas e estágios.

Portanto, educar para a cidadania e para a sustentabilidade é um ato político, e nesse sentido concordamos com Antunes, Nascimento e Queiroz (2018, p. 275), quando ao se referirem aos desafios de educar para a sustentabilidade no mundo contemporâneo apontam que:

“A Educação para a Sustentabilidade nasce das necessidades de pensarmos novos rumos para problemas que afligem a sociedade contemporânea, buscando refletir sobre as possibilidades que a educação apresenta para essas problemáticas, fomentando uma sociedade mais justa para as atuais e as futuras gerações. No entanto, pensar essas soluções a partir da ciência disciplinar não tem apresentando resultados concretos, a ação interdisciplinar tem colaborado em vistas a constituirmos uma abordagem mais significativa dentro destes processos” (ANTUNES; NASCIMENTO & QUEIROZ, 2018).

Pensarmos novos rumos é darmos um voto de confiança e autoconfiança de que embora as dificuldades são muitas e diversas, não desfaleceremos na busca continua de horizontes mais justos e amplos no mundo e nos territórios do mundo globalizado.

O(S) (DES)CAMINHO (S) DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização, aqui entendida como a intensificação de relações a escala global, se coloca hoje como um caminho sem volta e como uma redefinição dos “princípios” que

sustentaram o sistema- mundo-moderno colonial, caracterizado pela ocupação e exploração de territórios de forma predatória, quando se tinha a obsessão pela constituição do “Novo Mundo” em contraposição do Antigo. Isto, que se constituiu numa das marcas da Modernidade e da expansão do capitalismo, deu a esse processo um caráter “civilizatório” em territórios “atrasados” e “selvagens”.

Mas, foram justamente as riquezas extraídas de forma predatória, desses territórios “primitivos e atrasados”, as que, paradoxalmente, garantiram aos colonizadores europeus sua afirmação geopolítica no mundo ocidental. “Vê-se desse modo, que o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade. Daí, dizemos sempre que vivemos um sistema mundo moderno-colonial, e não simplesmente um mundo moderno” (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p.19).

A sustentação política desse sistema mundo-colonial foi dada pelo tratado de Westfália, em 1648, quando de forma contraditória se reconhece a soberania dentro dos limites territoriais ocupados, num momento de dominação colonizadora em amplas latitudes de América, África e Ásia.

Essa contradição se repete quando, séculos mais tarde, se legitima a Organização das Nações Unidas (ONU) como a estância interestatal reconhecida mundialmente para a mediação de conflitos e articulação política em escala internacional. No entanto, a disputa e correlação de forças advindas com a globalização, colocaram e recolocaram no cenário mundial novos atores, como grandes empresas multinacionais e o capital financeiro, o que trouxe novos matizes e tensões para o interior dos territórios onde por sua vez, para além da ONU, também se configuraram movimentos sociais de base, numa tentativa urgente de defender os direitos e expor as iniquidades.

Nesse contexto Vieira (2005, p. 74) aponta que “as principais transformações acarretadas pela globalização situam-se no âmbito da organização econômica, das relações sociais, dos padrões de vida e cultura, das transformações do Estado e da política”.

Da mesma forma Pochmann et al. (2004, p. 33) chama a atenção para as implicações da globalização, particularmente nos países de economia periférica, por acarretar a marca da instabilidade, o que pode aumentar sua vulnerabilidade consideravelmente, na medida que, o submetimento dos países à lógica do mercado, pode “[...] comprometer o funcionamento dos regimes democráticos”. Já Diniz (2007) evidencia que a globalização é um fenômeno com características multidimensionais, e que atinge âmbitos locais e globais.

Um dos objetivos da globalização é a criação dos “territórios-mundo” que permitam a expansão do capital em diversas escalas territoriais, donde se destaca uma figura importante dentro dessa articulação de forças econômicas e políticas: o Estado-Nação. Dessa forma, a figura do Estado coloca-se em xeque, pois cabe a esse Estado criar as condições para a consolidação da globalização em seu território, ao mesmo tempo em que, por princípio, lhe cabe a defesa dos interesses públicos dentro desse mesmo território.

Surge nesse contexto, uma relação íntima entre a ocupação de territórios e o desenvolvimento do capitalismo, em sua fase hegemônica colonial até o fim do século XIX. No entanto, a crise de 1929 trouxe um novo rearranjo, em termos econômicos, a escala mundial, o que de acordo com alguns autores, significou um certo retrocesso para o capitalismo, mas que foi superado após o término da segunda grande guerra, quando se introduz a globalização neoliberal.

Segundo Sader (2008, p.39) “as políticas neoliberais, molas propulsoras da globalização contemporânea tem vários aspectos: privatização de empresas estatais, abertura para o mercado internacional, desindexação de capitais, precarização das relações de trabalho”. Estes aspectos, tinham como princípio e como fim, a desregulação da economia e a abertura de mercados e do capital além das fronteiras.

Dessa forma, o Estado-Nação, que deveria defender os interesses de seus cidadãos, se curva às propostas de um processo de globalização perverso e excludente, que tem deixado marcas de injustiça social e ambiental, particularmente em países de economia periférica, como os da América Latina, Caribe e África, com as devidas consequências para as populações que ali habitam.

Hoje, a diferença da racionalidade colonial, donde a prioridade era a ocupação dos territórios que revestiam maior importância para a exploração local de recursos, principalmente naturais e minerais, se abre passo para a fragmentação dos territórios e, se fazendo uso da tecnologia, é possível a configuração de uma rede “virtual” através da qual se estabelecem relações, distantes fisicamente, mas com intensos fluídos e velocidades, impostas pela competitividade e ânsias de domínio, dando-se lugar a territórios de exclusão, injustiça e segregação “reais”.

Haesbaert e Limonad (2007, p. 40), apontam que embora a ideia de homogeneização seja falsa, na medida em que a principal característica desse processo é a fragmentação, “a ideia de globalização, no fim do século XX, remete de imediato a uma imagem de homogeneização sociocultural, econômica e espacial. Homogeneização esta

que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado. ”

Nessa mesma perspectiva, Albuquerque e Nascimento (2015, p. 62), ao analisar os impactos da globalização na cultura local de um determinado território apontam que “ [...] existe uma tentativa forçada de generalização de comportamentos conferida pela ação da globalização exercida sobre territórios culturalizados e sobre relações desse território”.

Neste sentido, o processo de globalização vem gerando tensões em diferentes contextos, numa transversalidade entre o global e o local, entre os diferentes blocos continentais e econômicos, intensificando assim as assimetrias marcantes nas relações Norte e Sul, países centrais e periféricos, deixando em evidência as contradições e injustiças geradas dentro do próprio processo.

Portanto concordamos com Santos (2015), quando aponta que as tentativas de construção de um “mundo só”, sempre conduziram a conflitos, porque o foco desse processo está na homogeneização da sociedade, tornando-a socialmente injusta e vulnerável, a partir de uma lógica onde se pretende *unificar* e não *unir*, daí a fragmentação.

No entanto, é igualmente importante sinalizar que embora irreversível, a globalização também abre espaços para a resistência, para que os movimentos sociais e as periferias dos grandes centros urbanos, as associações de base e os defensores dos direitos humanos, possam se utilizar das redes para unir forças e se articular na construção do que Milton Santos tantas vezes denominou de *uma outra globalização*.

Para este autor, a globalização nos oferece, e ao mesmo tempo nos impõe, a necessidade de maiores conhecimentos filosóficos, sobre o campo do saber e o campo do viver. “Eu tenho que me pôr para fora. É o mundo que nos une, que produz a interdisciplinaridade, a qual pode ser feita a partir de cima, pela via da economia e pode ser feita a partir de baixo, a partir da geografia [...] intervir politicamente na vida local é o grande desafio da globalização[.]” (SANTOS, 2008, p. 34).

Nessa mesma perspectiva, e sob uma visão fundamentalmente sociológica Silva (2017) aponta que a globalização significa um novo contexto para a ação humana, no sentido das possibilidades de uma maior ação coletiva, pois, na medida em que a globalização traz em seu cerne as dimensões de mobilidade, desigualdade, interdependência e diversos tipos de fraturas sociais, a sociedade deve articular espaço, tempo e ação para enfrentar seus efeitos, de uma forma mais coletiva e concertada.

GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

A diferença do mundo da antiguidade, em que as distâncias e as características de cada lugar pareciam definir um mosaico de identidades e singularidades, a dinâmica atual, nos indica a aparente construção de uma única história, decorrente de um mundo que define unicidade em matéria de padrões tecnológicos, de consumo, e de formas de viver a vida e a cultura.

Nessa dinâmica, também se permite, praticamente sem nenhum constrangimento, incluir e excluir pessoas, lugares e futuros, de acordo com as possibilidades, ou não, dos territórios acatar as bulas propostas por antigas e novas hegemonias, as quais se sustentam dentro de um modelo de desenvolvimento que tem como base o consumo e a depredação voraz.

Assim, a origem do termo território se remonta à época do Império Romano, mas é somente a partir do Tratado de Westphalia, no século XVII, quando se dá ao território o caráter de área de exercício do poder e da soberania do Estado, e, portanto, as fronteiras que o demarcam, passam a ser respeitadas internacionalmente, o que deu lugar ao surgimento dos primeiros Estado-territoriais do mundo (CATAIA, 2011).

Do ponto de vista político, isto influenciou o surgimento da política interna e externa, donde o Estado é o mesmo em ambas as políticas, as quais se encontram cada vez mais articuladas, face ao processo de globalização vivido nos dias de hoje.

Assim, novos e antigos territórios convivem concomitantemente, e para sobreviver precisam passar por diversas metamorfoses para enfrentar as novas racionalidades que vem de fora, através de empresas transnacionais portadoras da lógica da globalização e as contradições, gerada desde dentro, pelo próprio Estado.

Para Porto-Gonçalves (2015) o anúncio feito desde o espaço, pelo astronauta russo Yuri Gagarin no final da década de 50 do século passado, de que a “Terra é azul”, deslocou a visão antropocêntrica construída desde o Renascimento europeu, em que o homem era “Dono” do seu território, e o coloca como um mero passageiro da “Nave Terra”.

Essa imagem da Terra vista desde o espaço, a evidenciava como um espaço amplo e sem fronteiras, a não ser aquelas impostas pela natureza, e trouxe também a expectativa de possibilidades de novos rumos de exploração territorial e de expansão capitalista, abrindo assim caminhos para a consolidação de um processo global, e ao mesmo tempo difuso e seletivo, que conhecemos como globalização.

Começa então a se desenhar um novo mapa do mundo, que tinha como base a necessidade de uma reconfiguração territorial o que gerou instabilidade e a iminência de uma “nova ordem mundial”, que na realidade, levando em conta as tensões e contradições geradas nesse processo, somente tem dado lugar a uma “desordem mundial” em escala global.

Interessa, portanto, discutir as diferentes configurações que o território vai assumindo, dentro desse processo histórico de disputas de poder em diversas escalas territoriais, e que se acentua, nas últimas décadas, na medida em que concordamos com Santos (2015, p. 96) quando chama a atenção sobre a complexidade do território, o qual é concomitantemente “[...] o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”.

Pode-se então, identificar uma relação simbiótica entre território e a vida de pessoas, culturas, histórias e possibilidades entre o passado e o futuro.

Haesbaert e Limonad (2007), nos indicam que o território é uma construção histórica e social e, portanto, tensionado por relações de poder. Que dentro do sistema capitalista essa tensão se apresenta entre o espaço, o lugar de natureza mais estável e a fragmentação, moldada na mobilidade, na instabilidade, nos fluxos, e nas redes, os quais contribuem na reprodução do próprio capitalismo.

Estes mesmos autores nos alertam para o fato de, no contexto da globalização, existirem, concomitante, *territórios* e *territorialidades*, os primeiros entendidos, desde o ponto de vista geopolítico, como espacialidade social demarcada por limites fronteiriços, sob a autoridade do Estado-Nação, enquanto que as segundas, podem ser entendidas como estratégias geográfica para controlar a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações, com base no domínio estabelecido numa determinada área.

Assim, do ponto de vista cultural, Albuquerque e Nascimento (2015, p. 65), chamam a atenção para o surgimento de diversas territorialidades, que muitas vezes se sobrepõem “[...] numa tentativa incessante de homogeneizar uma lógica em um maior número de territórios possíveis, longe de um multiculturalismo que seria uma política de tolerância à diversidade territorial”.

Essa “homogeneização” advinda com a globalização/fragmentação que beneficia diretamente o mercado e a expansão capitalista constituem-se numa ameaça real e potencial à diversidade construída a partir de processos sociais históricos, e colocam em xeque as culturas autóctones e tradicionais.

No entanto, é importante destacar que a imposição de diversas territorialidades dentro do espaço geográfico não é exatamente um fenômeno exclusivamente recente: ele se remonta a um passado histórico que nos leva ao processo de colonização de territórios “selvagens” além mar. Foi assim como foram impostas religião, idioma, padrões de consumo etc., e esse processo teve, grande importância na constituição do Estado-Nação, na medida em que era promovida uma determinada identidade dentro dos limites territoriais estabelecidos.

A questão hoje, é que com a globalização as fronteiras ficam difusas, os fluxos são flexíveis, o que permite a sobreposição de territorialidades, e com isto, o surgimento de tensões e conflitos, assim como, a exclusão propriamente dita. Neste contexto, o espaço local ganha protagonismo em detrimento do espaço regional ou nacional, seja como estratégia para competir dentro do mercado, ou como espaço de resistência cultural, ou ambos.

Nessa rede de relações fica clara a íntima articulação entre Estado e capitalismo, portanto, estes devem ser entendidos como “[...] compatíveis, partes de um mesmo processo histórico, em que um sustenta o outro” (ANDRADE & PINTO, 2017, p. 215).

Numa perspectiva socioambiental Porto-Gonçalves (2015, p. 288) nos chama a atenção sobre a relação íntima entre o controle do território e as possibilidades de acesso aos recursos naturais ali existentes e nos alerta para o fato de que, o território assim como a tecnologia, representa um dos pilares da competição do capital no cenário internacional e é fundamental para a construção/manutenção da hegemonia. Assim, “as fronteiras, os limites territoriais se colocam como fundamentais para entender as relações sociais e de poder, o que implicará em relações de pertencimento e estranhamento [...] assim como relações de dominação e exploração através do espaço pela apropriação/expropriação de seus recursos”.

Ao analisar essa complexidade num país de enormes dimensões territoriais como o Brasil, Santos (2008), aponta que o território neste país é resultado do embate entre os interesses de grandes empresas globais e das empresas locais, sendo estas últimas, aquelas de menor porte, que se encontram localizadas num determinado lugar e que resistem, com muita dificuldade, aos impactos da globalização.

Dentro desse jogo de interesses, é possível também identificar setores mais facilmente manipulados pela globalização, como é o caso do setor agrícola, donde é o mercado, representado por empresas multinacionais, quem determina o produto que deve ser produzido dentro da lógica de maximização dos lucros, independente das necessidades

e cultura local ali estabelecida, “de tal maneira que o agricultor moderno é o novo servo da globalização” (SANTOS, 2008, p. 33).

Finalmente, não poderíamos negligenciar a reflexão sobre os efeitos que os movimentos migratórios intensificados na última década e estimulados por conflitos internos, guerras ou desastres ambientais têm aportado à configuração de territórios em tempos de globalização.

Esses padrões de migração internacional, refletem em intensidades e assimetrias diversas as contradições de uma globalização inacabada e seletiva, donde o capital humano é reduzido à mera mercadoria, e a força de trabalho é explorada até sua exaustão, sem reconhecer os direitos daqueles que contribuem com a reprodução do próprio capital.

Isto faz que, a maioria daqueles que migram em busca de melhores oportunidades e condições de vida se vejam condenados a continuar sua condição de não cidadania em novos contextos, o que transforma o território em um produto da globalização ao serviço da exploração e da morte da dignidade, esperança e sonhos de amplas camadas da população de migrantes e refugiados.

Assim “o “Mundo sem Fronteiras” é parte da definição da globalização, mas não se aplica ao movimento de pessoas. O capital humano é um fator de produção que formalmente, não tem livre trânsito “[...] as fronteiras abrem-se para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes [...]” (MARTINE, 2005, p.8).

Nesse contexto, está por se definir a tipificação final do território contemporâneo, onde existem basicamente duas possibilidades: o acirramento da fragmentação e com ela a seletividade, iniquidades e injustiça social ou, a constituição de uma identidade e consciência planetária, tal como denominada por Edgar Morin (2002), como base para a superação das assimetrias sociais e de poder, e a possibilidade de reconfiguração de espaços de luta e de conquistas de interesse coletivo.

GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO, SAÚDE E DOENÇA

O território da globalização é também o território da saúde e da doença, entendidas estas últimas, como processos dialéticos que expressam a dinâmica social e suas contradições quanto à existência, dignidade, qualidade e condições de vida para o desenvolvimento humano no presente e no futuro.

Nesse sentido, as assimetrias acentuadas com a globalização, recolocam hoje à saúde nas agendas governamentais dos países desenvolvidos, inclusive articulando-a com a política externa, em razão de seu intrínseco valor político, da necessidade de controlar os

riscos das doenças transnacionais, e pelo fato das “novas doenças” emergentes ou (re) emergentes representarem ameaças à segurança nacional, seja em termos geopolíticos, regionais ou locais. “Em outras palavras, as intervenções em saúde passaram a ser explicitamente instrumentadas para fins geopolíticos” (ALMEIDA, 2017, p. 47).

Embora a globalização seja entendida como um processo dinâmico, sua marcante seletividade, faz com que até hoje, no cenário nacional e internacional, as iniquidades em saúde, mantenham um panorama que parece estático, no sentido de não se visualizarem mudanças em direção ao alcance de patamares de saúde e de cidadania, resultantes de condições de vida dignas, garantidas através de políticas públicas intersetoriais. O que é facilmente observado são realidades onde, longe da saúde ser reconhecida como um direito social, o que impera é a negação do direito a se ter direitos, o que se traduz na superposição de injustiças sociais e ambientais que atingem grandes camadas da população, e que, portanto, contribuem com a incidência e prevalência de processos de adoecimento individual e coletivos.

Assim, e de acordo com dados estatísticos, a esperança de vida ao nascer alcança diferença de 27 anos entre os países ricos e pobres, a mortalidade infantil chega a 100 por 1000 nascidos vivos nos países de economia periférica, e de apenas 6 por 1000 nos países de economia central, assimetrias estas que são acompanhadas por outros indicadores de saúde e qualidade de vida, que também expressam as gritantes diferenças nos investimentos em saúde entre países pobres e ricos (BUSS, 2007).

Nesse contexto, a globalização cria territórios e territorialidades onde a saúde, longe de ser reconhecida como direito inerente à própria existência, é mais uma *commoditie*, e, portanto, consegue um determinado preço, ao tempo em que perde seu valor, do ponto de vista ético.

Isto significa dizer, que no contexto da globalização a saúde, longe ser reconhecida como um bem público global resultante de supra territórios que conectam níveis globais, nacionais, regionais e locais, assim como, pessoas, culturas, tradições e inovações para minimizar o adoecimento, é uma mercadoria disponível somente para aqueles que conseguem “comprá-la” no vasto e predatório mercado nacional e transnacional.

Isso transforma a saúde em um bem de consumo, que quando associada à noção de qualidade de vida, ganha status de *requinte* dentro de uma seleção nada “natural” que mais se aproxima da injustiça e da barbárie, na medida em que se nega, a enorme quantidade de sujeitos e em diversas escalas territoriais o direito de viver, no sentido de resignificar sua existência a cada dia, seus sonhos e sua dignidade. Portanto, podemos afirmar que o

território da saúde e da doença é hoje, mais do que nunca, um território onde a ideia de direito à saúde, só faz parte de uma retórica vazia de significado e de concretude.

Assim, as políticas de saúde transformam-se num emaranhado normativo, dentro de uma lógica prescritiva, e ainda centralizada num modelo médico-curativo e individual com indicação de consumo de fármacos e tecnologias duras, de alto custo e em muitos casos portadoras de efeitos colaterais para as pessoas e para o meio ambiente.

Neste contexto é importante lembrar que a saúde, no seu sentido mais amplo, e tal como incorporada na Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu artigo 196, “é um direito de todos e um dever do Estado” e portanto deve ser garantida a partir de políticas públicas que garantam o acesso de todos seus cidadãos a patamares dignos de vida e conseqüentemente à saúde.

Desta forma, ao se elevar à saúde à condição de direito social no território brasileiro, cria-se uma grande tensão com as condições do contexto que obedecem à bula da globalização, e portanto, bastante distantes do respeito aos direitos humanos fundamentais requeridas para sua efetiva garantia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a globalização dos territórios e os territórios da globalização, como proposto no título deste artigo, encontramos que à diferença de uma percepção inicial que vem da tradição de associar a ideia de território, quase que exclusivamente, com a de espaço físico geograficamente determinado, as reflexões suscitadas pela contribuição de diferentes fontes bibliográficas, entre elas, as referidas neste texto, nos levam a identificar que a globalização consegue delinear territórios amorfos, sem fronteiras, sem limites de qualquer natureza e principalmente sem Vida.

A vida, assim como a saúde, e a sustentabilidade nos territórios da globalização são simplesmente, espectros nebulosos, dentro de uma realidade pré-fabricada e virtual que atende a interesses predatórios que levam à exaustão à natureza, aos sujeitos, ao futuro, num círculo vicioso cuja existência parece se justificar em razão à “necessidade” de desenvolvimento econômico e tecnológico para a acumulação do capital.

Assim, devemos reconhecer que embora existam, tal como indicado por Vieira (2005), ao menos, cinco dimensões da globalização, a econômica é, de fato, o eixo propulsor de sua racionalidade seletiva e excludente.

Dessa forma, os territórios que deveriam ser espaços de vida, de saúde, da sustentabilidade, de respeito à diversidade, de intersubjetividades, de inovação social e

construção coletiva a partir do respeito aos direitos civis, políticos e sociais, ficam reduzidos a territorialidades, produto da fragmentação, que estimulam a segregação, o preconceito e a exclusão social.

No entanto, é nosso dever também atentar para o fato, de que o território pode ser também, como entendido por Silva (2017), oportunidades de rearranjos e resistência na procura pela dignidade humana, a superação das barreiras ao reconhecimento e garantia dos direitos conquistados no cerne da sociedade, sendo muitos deles, o resultado de pactuações que foram incorporadas, em forma legal e legítima nas Cartas Magnas de diversos países, entre eles o Brasil.

Mas, como pensar um caminho alternativo para a construção da resistência em contextos que parecem moldados por diretrizes que se impõem de forma cada vez mais verticalizada e autoritária, deixando a população em estado quase marasmático e, portanto, mais vulnerável em sua capacidade de reagir?

Claro que não existem receitas para um assunto tão complexo, mas de fato um deles, é defendermos a educação, não dentro de seu significado mais tradicional e reducionista, de associado exclusivamente ao conhecimento científico e ao serviço da preparação de mão de obra para o mercado, e sim, a educação entendida como um ato político, comprometida com estratégias de enfrentamento às não poucas injustiças do mundo globalizado, e, portanto, sensível, inovadora, criativa e politicamente articulada e empenhada em construir caminhos que tenham como horizonte a mudança e as conquistas coletivas.

Acreditamos que dessa forma estaremos prontos para enfrentar os grandes desafios que se colocam para esta geração, e que colocam em xeque os valores democráticos, éticos e políticos na sociedade atual. Resistir a esse processo é escolher desenhar um novo caminho, um novo pacto social e um novo futuro comprometido com uma nova proposta: a globalização da justiça e da inclusão social.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE, Jadson; NASCIMENTO, Antonio Arthur Cruz do. Territorialidade cultural em tempos de globalização: Uma análise da atuação o estado e dos centros culturais. In: Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, vol 9, nº 1, p. 61-65, 2015
- ALMEIDA, Celia. Saúde, política externa e cooperação Sul-Sul. In: BUSS, P.M. (Org) Diplomacia e Saúde e Saúde Global, perspectivas Latino-Americanas. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2017. Pgs 41-86.

- ANDRADE, Leonardo Biage de; PINTO, Vicente Paulo dos Santos. Os riscos, a vulnerabilidade ambiental e o Estado capitalista: a proposta de uma educação ambiental como ato político. REMEA, Rio Grande, v.34, nº3, p. 207-225, set/dez 2017
- ANTUNES, Jeferson; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. Educação para a sustentabilidade, interdisciplinaridade e as contribuições da mediação para a construção coletiva do conhecimento. In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande, v.35, n. 1, p. 260-278, Jan/abr. 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. In: Revista Ciência e Saúde Coletiva. 12(6), 1575-1589, 2007
- CATAIA, Marcio Antonio. Território político: Fundamento e fundação do Estado. In: Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abril de 2011.
- DINIZ, Eli. (org) Globalização, estado e desenvolvimento. Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007. 336 p.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: ETC, espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, nº 2 (4) vol 1. 15 de agosto de 2007. Pg. 39-52
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova desordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006
- MARTINE, George. A globalização Inacabada. Migrações internacionais e pobreza no século 21. In: Revista São Paulo em perspectiva, v. 19, n.3, p. 3-22.jul/set 2005
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro- 5.ed- São Paulo:Cortez; Brasília, DF:UNESCO, 2002
- POCHMANN, Marcio (Et al. Org). Atlas da Exclusão Social , vol 4: a exclusão social no mundo. São Paulo: Cortez, 2004
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- SADER, Emir. Notas sobre a globalização neoliberal. In: Estado, sociedade e formação profissional em saúde.: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/FGV, 2008
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. 24º Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015
- _____. Globalização, território, política e geografia em debate.Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008.
- SILVA, Augusto Santos. Agir na globalização: condições e orientações da ação coletiva. In: Revista Sociologia, problemas e práticas, nº 84. Lisboa, maio de 2017. Pgs 121 a 138.
- VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 142 pags.

Submetido em: 25-07-2018.

Publicado em: 15-12-2018.